

A voz do Brasil na ONU. Discursos na Assembleia Geral sobre a reforma do Conselho de Segurança (1989-2022)

Carlos Enrique Ruiz Ferreira*

Universidad Estatal de Paraíba - Brasil

Beatriz Mesquita Tavares**

Fondation Tutator

RESUMO

Este artigo analisa os discursos proferidos pelo Brasil durante a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas que versam sobre a reforma do Conselho de Segurança. O objetivo central é sistematizar os momentos em que o tema foi abordado e examiná-los a partir dos argumentos empregados, buscando identificar idiossincrasias, convergências e divergências ao longo do período estudado.

A pesquisa tem como fonte primária as transcrições oficiais dos discursos realizados na Assembleia Geral. Para sua análise, são considerados os aportes teóricos que situam os enunciados em seus respectivos contextos históricos, espacial e ideológico, com atenção especial a duas variáveis que permitem uma compreensão mais aprofundada: a conjuntura política brasileira e o cenário internacional.

* Licenciado en Relaciones Internacionales por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo, magíster y doctor por el Departamento de Ciencia Política de la Universidad de São Paulo. Actualmente es profesor doctor asociado de la Universidad Estatal de Paraíba, en los cursos de grado y posgrado en Relaciones Internacionales. Es también investigador del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) en la calidad de becario posdoctoral sénior en la Universidad de Brasilia. Dirección electrónica: cruiz@alumni.usp.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9722-2563>

** Bachiller en Relaciones Internacionales en la Universidad Estatal de Paraíba (UEPB). Fue becaria del Programa de Iniciación Científica de esta universidad en un proyecto financiado y coordinado por el Prof. Dr. Carlos Ruiz Ferreira. Actualmente se desempeña como pasante en difusión de investigación (Research Outreach Intern) en la Fondation Tutator. Correo electrónico: beatrizmesquita019@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0004-2025-7011>



O recorte temporal tem início em 1989, no contexto da redemocratização do Brasil —coincidindo com o fim da Guerra Fria—, com o governo de José Sarney, e se estende até 2022, com o último discurso de Jair Bolsonaro enquanto presidente.

Palavras-chave: conselho de segurança, discursos brasileiros, ONU, política externa brasileira

La voz de Brasil en la ONU. Discursos en la Asamblea General sobre la reforma del Consejo de Seguridad (1989–2022)

RESUMEN

Este artículo analiza los discursos pronunciados por Brasil durante la apertura de la Asamblea General de las Naciones Unidas que abordan la reforma del Consejo de Seguridad. El objetivo central es sistematizar los momentos en que se trató el tema y examinarlos a partir de los argumentos empleados, buscando identificar idiosincrasias, convergencias y divergencias a lo largo del período estudiado.

La investigación utiliza como fuente primaria las transcripciones oficiales de los discursos realizados en la Asamblea General. Para su análisis, se consideran los aportes teóricos que sitúan los enunciados en sus respectivos contextos históricos, espaciales e ideológicos, con especial atención a dos variables que permiten una comprensión más profunda: la coyuntura política brasileña y el escenario internacional.

El recorte temporal comienza en 1989, en el contexto de la redemocratización de Brasil —coincidiendo con el fin de la Guerra Fría—, con el gobierno de José Sarney, y se extiende hasta 2022, con el último discurso de Jair Bolsonaro como presidente.

Palabras clave: Consejo de Seguridad, discursos brasileños, ONU, política exterior brasileña

1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) é o órgão mais relevante quando se tem em conta a responsabilidade da “manutenção da paz e da segurança internacionais” (artigo 24 da Carta das Nações Unidas). As operações de paz, que se produziram logo nos primeiros anos da vigência da ONU, são realizadas a partir das Resoluções emanadas pelo órgão. Como se sabe, o CS é composto por cinco membros permanentes que detêm o poder de voto, ou seja, qualquer Resolução precisa da concordância de todos eles. Além destes, estão os membros não permanentes, atualmente 10, eleitos pela Assembleia Geral, que possuem direito a fala e voto, mas não ao voto.

De todos os países membros da ONU, o Brasil é o segundo que mais participou do CS nesta condição (atrás apenas do Japão), completando 11 mandatos em 2023. Na reforma que há tempos se anuncia, o Brasil postula oficialmente uma vaga permanente no CS. Essa candidatura, em que pese os distintos governos —e seus matizes políticos partidários, mantém-se estável, desde a redemocratização do país.

A contar de sua criação, o Conselho de Segurança é alvo de críticas, seja por seus métodos de trabalho até por sua composição. No ano de 1953, durante a VIII Sessão da Assembleia Geral (AG), o Brasil expressou pela primeira vez a necessidade de uma revisão na Carta (Corrêa, 2007, p. 92), e a partir daquele ano a pauta esteve presente em boa parte dos discursos na Assembleia Geral.

O debate sobre a reforma acentuou-se de maneira significativa com o fim da Guerra Fria. Neste momento as operações de paz ganharam vigor, em todos os sentidos: desde um maior número de operações em campo, passando pela quantidade de financiamento, até sua estruturação e criação de protocolos. No caso brasileiro, embora em 1989 o presidente José Sarney tenha defendido a necessidade da reforma do CS, foi em 1994, durante a XLIX AGNU, que se lançou oficialmente a candidatura do Brasil para membro permanente, ocasião em que o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim trata de iniciar a argumentação sobre as credenciais brasileiras ao pleito.

Dada a relevância do CS para a Política Internacional e a pretensão do Brasil de se tornar um membro permanente, torna-se apropriado lançar luz sobre estes estudos no país. Neste artigo, analisar-se-á os discursos proferidos por presidentes e/ou chanceleres na abertura da AGNU, em particular os trechos que se referem à reforma do CS. A preocupação preliminar foi encontrar semelhanças e dissemelhanças, buscando entender quais são os tópicos centrais que conferem ao Brasil, na visão dos tomadores de decisão e/ou corpo diplomático, as credenciais necessárias para a conquista da almejada vaga. Ao passo, procura-se notar se nas possíveis mudanças de tom ou critérios emanados pelos discursos espelham-se os distintos períodos históricos e as nuances da política externa brasileira (PEB) de cada governo da ocasião.

Como se percebe, trata-se de um estudo qualitativo que tem como base as fontes primárias, documentais, os discursos na ONU. Para a sua análise utiliza-se o referencial metodológico do Círculo de Bakthin para os estudos da linguagem. Nesse sentido, parte-se da compreensão de que o discurso está inserido no tempo e no espaço (*cronotopo*), o que requer pensar que este gênero de linguagem está repleto de ideologia, de considerações e de juízos de valor sobre o mundo e os fenômenos: “Realizando-se no processo da relação social, todo (...) o signo linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados” (Volóchinov, 2017, p. 43).

O Círculo de Bakthin é profícuo para estudos de política externa brasileira (Marques et al., p. 2023) pois demonstrará que os enunciados concretos, neste caso os discursos, estão em sintonia com interesses materiais e imateriais e com a política. A ideologia presente nos enunciados é “representativa da consciência social

e individual” e influenciada por “fatores econômicos”, em suma, “as ideias e valores de uma sociedade são refletidos na linguagem” (Medviédev *apud* Marques, p. 2023). Em outras palavras, a linguagem, os discursos, estão repletos de política, de intenção e/ou projeção de poder, como sintetizou o embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa: “Em política externa, discurso e ação na verdade se complementam e se sobrepõem. Frequentemente, o discurso é a ação e a ação é o discurso” (Côrrea, 2007, p. 23).

Tenha-se em conta que os discursos feitos na AGNU podem ser considerados como altas peças da PEB, são “documentos cuidadosamente trabalhados, seja por seu valor externo, como apresentação das posições do Brasil, seja como indicação para a opinião pública brasileira sobre os rumos da nossa ação internacional” (Amorim, 2007, p. 14). Portanto, a análise dos discursos se fará também a partir da literatura especializada de política externa brasileira (PEB) e política internacional, com o fito de compreendê-la dentro de um sistema complexo, na qual a história e a conjuntura (nacional e internacional), bem como os interesses políticos, ajudam a explicar os discursos. Na PEB, a referência será a literatura que pode ser considerada clássica na área, assim como artigos científicos publicados em revistas de seletiva política editorial. Sobre a política internacional, predominará os documentos produzidos no âmbito da ONU e seu consequente debate acadêmico.

O recorte temporal encontra-se no interregno de 1989 a 2022. O marco inicial situa-se na redemocratização do país, momento histórico em que, ao mesmo tempo, as Relações Internacionais sofrem uma mudança significativa com o fim do sistema internacional bipolar. O ano de 2022 explica-se por ser o último ano em que tivemos um discurso proferido no órgão durante o governo Bolsonaro, quando o país ocupava também uma vaga de membro não permanente no CS.

A partir da análise dos discursos propõe-se uma divisão temporal que será defendida ao longo do artigo. Encontrou-se a seguinte síntese: “Chego de mansinho”, compreendendo os governos de José Sarney e Fernando Collor; “Ocupando meu lugar: o lançamento da candidatura e a estruturação argumentativa das credenciais brasileira” no governo de Itamar Franco e nos oito anos da presidência de Fernando Henrique Cardoso; “Protagonismo, diplomacia e militância: a candidatura na rua”, durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff; “Descontinuidades”, durante os anos do governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

2. CHEGO DE MANSINHO, OS GOVERNOS SARNEY E COLLOR

A segunda metade da década de 80 foi marcada por intensas transformações políticas internas e externas. No cenário doméstico, o Brasil recuperava-se de duas décadas de um regime militar ditatorial que acarretou graves sequelas nos mais diversos

setores da sociedade. A reconstrução das instituições democráticas, a estabilização econômica e a reinserção no plano internacional eram apenas alguns dos desafios a serem enfrentados pelo governo de José Sarney de Araújo Costa (Aarão, 2016; Prado & Miyamoto, 2010). O panorama internacional também contava com mudanças e acontecimentos importantes, como a ascensão de Mikhail Gorbachev frente à URSS, a iminência do fim da Guerra Fria e o processo de redemocratização em diferentes países da América Latina.

A política externa proveniente da transição para o regime democrático buscava apresentar uma nova imagem do país (Ferreira y Macedo, 2022; Vigevani y Cepaluni, 2011), tendo como ministros das Relações Exteriores Olavo Setúbal (1985-1986) e Abreu Sodré (1986-1990). Para atender a crescente onda liberal-democrática no sistema internacional, a política guiava-se por um internacionalismo de viés pacífico, baseando-se em preceitos como a coexistência pacífica e cooperação internacional (Lafer, 1987; Trindade, 2006).

A política externa do Governo Sarney, voltava-se, portanto, para as diretrizes de autonomia e universalização. A autonomia era caracterizada por um distanciamento em relação aos Estados Unidos e a universalização pela promoção do multilateralismo através da participação em instituições internacionais, e uma maior aproximação com a Argentina e países do Cone Sul — que resultaria, mais tarde, no Mercosul (Cervo, 2007; Ferreira & Macedo, 2022). No Conselho de Segurança, o Brasil retornaria ao órgão em eleição para o biênio de 1988-1989, após cerca de duas décadas ausente. A temática da reforma apareceu apenas no último ano do Governo Sarney, em 1989, por ocasião da abertura da XLIV AGNU. O presidente expressou a necessidade de uma mudança estrutural e funcional na instituição, afirmando que para que o Conselho possa desempenhar seu papel de assegurar a paz e segurança internacionais “impõem-se algumas alterações na estrutura e nos procedimentos do próprio Conselho” (Corrêa, 2007, p. 513).

Observa-se que o principal argumento sobre a carência de uma reforma refere-se às “mudanças nas relações de poder ocorridas no mundo desde a criação da Organização”. Almejava, ademais, uma nova categoria, a de membros permanentes, mas sem o poder de veto. Esta seria uma forma de refletir a multipolaridade no Conselho, através de “uma categoria adicional de membros permanentes, sem o privilégio do voto” (Corrêa, 2007, p. 514).

É a partir deste discurso que os acadêmicos e diplomatas (Amorim, 1995; Côrtes, 2010; Ziemath, 2016; Ferreira & Martinez, 2013) compreenderam que tem início a defesa da reforma da ONU e a campanha do país a ocupar um assento não permanente no CS. *Nihil obstat*, é preciso cautela, tendo em vista que o presidente

José Sarney não discorre sobre a que prazo deveria ser realizada a reforma ou sobre a inclusão do Brasil como um membro permanente. Ainda assim, o discurso indicou uma mudança de paradigma ao propor a criação da nova categoria, mencionando também a necessidade do Conselho de adequar-se à atual multipolaridade — argumento que também viria a ser explorado nos anos seguintes.

No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), as relações internacionais caracterizavam-se por três principais fatores: o avanço do neoliberalismo, a globalização e a inserção de novos atores e temas no cenário internacional. Durante sua candidatura, Collor engendrava sua campanha, principalmente, nos objetivos de controlar a inflação e acabar com a corrupção. Os propósitos não obtiveram sucesso, depois do desastroso “Plano Collor” e de uma série de escândalos políticos que cercaram o suposto “caçador de marajás”, o Congresso deu vazão ao seu *impeachment*, no ano de 1992.

No campo de sua política externa, a escolha privilegiava as Américas como área estratégica, tendo os Estados Unidos da América como a grande referência e parceiro, chegando ao ponto de alguns autores argumentarem que essa aliança ocasionou uma espécie de abdicação de parte da sua soberania e seus interesses nacionais para inserir-se na nova ordem neoliberal pós-Guerra Fria (Vizentini, 2003; Oliveira, 2005).

Com o fim da Guerra Fria, a política externa brasileira resguardava-se na “vitória” da democracia liberal, na economia de mercado e na reafirmação do Brasil como um ator multilateral e capaz de tomar decisões importantes no plano internacional. Dadas características podem ser vistas nas estratégias diplomáticas brasileiras, a cargo de Francisco Rezek (1990-1992) e Celso Lafer (abril-outubro de 1992). Ambos destacaram os atributos do Brasil enquanto país em desenvolvimento e contribuinte em questões de paz e segurança internacional (Oliveira, 2005).

A política de Collor, no que tange a ONU, refletia a busca de autonomia através da participação nas instituições multilaterais dialogando com os “novos temas” da agenda global (Casarões, 2014), o que incluía a democratização de órgãos internacionais, e, por conseguinte, a revisão do Conselho. No mandato de Collor, a temática da reforma manifestou-se na AGNU em dois anos, em 1990, sendo proferido pelo presidente, e em 1992, auferido pelo ministro Lafer.

Em 1990, na XLV AGNU, Collor destaca que o “mundo não parou em 1945, e vem-se preparando, (...) para passar a nova etapa histórica.” Em linguagem diplomática o presidente tece elogios apontando que as “Nações Unidas, em particular, estão revelando maior energia diplomática” e depois passa a criticar: “embora, em certos casos, a renovada tendência dos membros permanentes do Conselho de Segurança

à atuação em bloco não pareça, por si só, bastante para orientar a redefinição institucional da nossa Organização e do próprio Conselho” (Corrêa, 2007, p. 529).

Feito o diagnóstico, parte para as propostas: “para que as Nações Unidas (...) possam responder aos atuais desafios, será preciso retornar às intenções políticas originais da Carta, tantas vezes objeto de equívocos, mesmo em época recente” diz ele, sendo necessário “um nítido equilíbrio entre as prerrogativas dos membros permanentes do Conselho de Segurança e a preservação da igualdade soberana dos Estados-membros” (Corrêa, 2007, p. 529). Observa-se que Collor, assim como Sarney, baseia-se na necessidade de garantir que o órgão desempenhe seu papel de relevância em termos de paz e segurança internacionais.

Em 1992, o ministro Celso Lafer, durante a XLVII AGNU, promove uma inovação no discurso: aparece, pela primeira vez, o questionamento acerca da falta de representatividade do Conselho, argumento que viria a se tornar constante nas alocuções brasileiras no órgão: “coloca-se com toda a nitidez a necessidade de aprofundar a discussão sobre o escopo de seus poderes, as faculdades de seus membros e sua representatividade” seria necessário, portanto, “reajustes que permitam ao Conselho o desempenho mais representativo de suas funções” (Corrêa, 2007, p. 556).

Outro ponto alto no discurso aparece quando se ressalta a participação do Brasil nas operações de paz, dentro do espectro da prática e dos princípios brasileiros de defesa da responsabilidade coletiva: “a determinação do Brasil em implementar o princípio da responsabilidade coletiva reflete-se concretamente na sua participação frequente em operações de paz das Nações Unidas” e conclui afirmando que “devemos considerar, com prudência, mas também com a necessária perspectiva do futuro, os reajustes que permitam ao Conselho o desempenho mais representativo de suas funções” (Corrêa, 2007, p. 555).

Desprende-se, como síntese desse período, que ainda que os dois governos expressaram distintos vieses em matéria de política externa, sendo o Governo Sarney mais identificado com uma postura desenvolvimentista e Collor assumindo o paradigma neoliberal (Vigevani & Cepaulini, 2011; Vizentini, 2003; Oliveira, 2005; Vieira, 2001), é possível identificar semelhanças no que tange às elocuções frente ao Conselho de Segurança.

Em primeiro lugar, o Brasil não apresentou pretensões em ocupar um assento permanente no Conselho. Em segundo lugar, destaca-se a argumentação sobre a mudança histórica mundial, a diplomacia ancorava a justificativa da reforma em uma alteração da Ordem Internacional, salientando as transformações das relações de poder. O país “chegou”, embora tenha “chegado de mansinho”, pautando o tema na agenda onusiana e afirmando sua proatividade nas discussões globais. A

proeminência dos discursos encontra-se na proposta do país na criação de novos assentos permanentes no CS, ainda que sem direito ao voto. Ainda, a ideia da “representatividade” se revela pela primeira vez, tendo se tornado um mantra. Ao fim e ao cabo, a chegada do país “de mansinho” é compreensível, pois deve ser entendida *vis a vis* a longa noite de 21 anos do período militar e os desafios da nova inserção internacional do país em face às modificações no cenário mundial.

3. OCUPANDO MEU LUGAR: O LANÇAMENTO DA CANDIDATURA E A ESTRUTURAÇÃO ARGUMENTATIVA DAS CREDENCIAIS BRASILEIRA, OS GOVERNOS ITAMAR E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC)

Entre a transição do governo Collor para o de Itamar Franco (1992-1995) não transcorreram mudanças significativas no plano internacional, entretanto observa-se nuances relevantes no âmbito doméstico. Em decorrência do *impeachment* de Fernando Collor e dos dilemas e instabilidades da conjuntura nacional, a política externa não adquiriu prioridade (Brigido, 2010; Da Silva, 2009). *Nihil obstat*, a partir deste governo, o Brasil apresentou sua candidatura a um assento permanente no CS, projetando-se no cenário global.

Itamar Franco não chegou a discursar na AGNU, função que correspondeu aos seus ministros, Fernando Henrique Cardoso (1992-1993) e Celso Amorim (1993-1995). A reforma do CS foi abordada na Assembléia nos anos de 1993 e 1994. A política externa, não obstante, alinhou-se a princípios como a defesa da democracia, justiça social e desenvolvimento (Vizentini, 2003; Hirst & Pinheiro, 1995).

A integração brasileira no concerto das nações verificou-se na presença em fóruns multilaterais e de integração regional, a exemplo da participação do país como membro não-permanente do CS no biênio 1993-1994. No ano de 1993, na ocasião da XLVIII AGNU, Amorim retomou o argumento apresentado no governo Collor sobre a representatividade, atrelando-a a outros dois elementos: “entendemos que a crescente atuação do Órgão em assuntos que afetam os interesses fundamentais dos Estados-membros corresponde à necessidade de garantir sua maior representatividade e, com isso, sua legitimidade e sua eficácia” (Corrêa, 2007, p. 574).

Além desta inovação conceitual, surgiu outro elemento justificador da reforma: a necessária entrada dos países em desenvolvimento. Proclamou-se que “a reforma do Conselho deve ser alcançada de forma tal que não se agrave o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, no processo decisório das Nações Unidas” (Corrêa, 2007, p. 574).

Argumento conexo ganhou terreno: a democratização das relações internacionais. Amorim defendeu que a democracia exercida apenas no âmbito doméstico dos países

não seria suficiente, que carecia ser levada ao âmbito internacional. Para o ministro, a superioridade do ideal democrático representativo seria um consenso, logo aplicar-se-ia nas relações entre as nações.

Mas foi no ano de 1994 que ocorreu o lançamento da candidatura do Brasil através do discurso do ministro Amorim na XLIX AGNU: “temos deixado clara nossa disposição de assumir todas as responsabilidades inerentes aos países que se credenciarem a ocupar assentos permanentes” (Corrêa, 2007, p. 587). Em sua fala, além do tema da representatividade e eficácia, o Ministro adiciona algumas credenciais do país, tais como: a) o “respeito aos princípios da não-intervenção e da soberania e integridade territorial dos Estados”; b) a “busca constante da solução pacífica e negociada dos conflitos”; c) a opção “pelo primado do Direito na preservação da ordem pública internacional” e “pelo respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais”; d) a “participação nas operações de manutenção da paz em diversas regiões do globo” (Corrêa, 2007, p. 587).

No que tange o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), nota-se uma espécie de retomada da agenda político-econômica iniciada por Collor, propondo inserir o país no processo de globalização, com políticas neoliberais de abertura de mercado e encolhimento do papel do estado na economia (a partir, principalmente, de privatizações e desregulamentações). Figurou como o último representante do “paradigma do Estado normal” (Cervo, 2003) ou da “onda liberal” (Reis, 2014), que durou de 1990 a 2002. Hurrell (2010) segue a mesma linha de raciocínio, tendo designado o presidente como “hiper-globalista”, o que destaca sua visão de que a globalização (nos termos neoliberais) era um processo inexorável. Lampreia, por seu turno, que fora ministro de FHC, preferiu o termo “convergência crítica”, buscando atenuar a adesão à agenda *mainstream*.

Enquanto no âmbito doméstico assistia-se a venda de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e a Telebrás e a reforma gerencial do Estado (aqueles comandadas por Pedro Malan e José Serra e esta última por Bresser Pereira), Vigevani e Cepaluni (2011) advogam que a PEB poderia ser designada por uma “autonomia pela participação”. Anos marcados por uma diplomacia presidencial cujas ações prioritárias traduziam-se no aprofundamento da integração regional, na diversificação de cooperações bilaterais, bem como na reafirmação do compromisso com as organizações multilaterais econômicas (Vigevani & Cepaluni, 2011; Vizentini, 2003; Oliveira, 2005). Na frente ao Ministério das Relações Exteriores estiveram Luiz Felipe Lampreia (1995-2001) e Celso Lafer (2001-2003).

A pauta da reforma do CS e a pretensão do Brasil de tornar-se um membro permanente adquiriram notoriedade, sendo citadas em quase todos os discursos

brasileiros na Assembléia, ausente apenas nos anos de 1999 e 2000. FHC discursou na AGNU unicamente em 2001 e seus ministros encarregaram-se da tarefa nas outras ocasiões. Não obstante, FHC atuou nos bastidores. Em abril de 1995, numa viagem presidencial aos EUA, o presidente solicitou ao então secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, “mais cinco vagas fixas, sendo uma delas endereçada ao país” (Arraes, 2005, p. 159). Nessa mesma viagem, Cardoso conversara com o presidente Bill Clinton e externou: “Nesse processo, não se cabala votos. Ou o país se credencia para o posto ou não. Nós achamos que o Brasil se credencia” (Cardoso *apud* Lins Da Silva, 1995, p. 7).

Em setembro deste ano o chanceler Lampreia diria na AGNU que não havia “Nada mais emblemático da necessidade de adaptar as Nações Unidas às realidades do mundo pós-Guerra Fria do que a Reforma do Conselho de Segurança”, e mencionou que se tratava de um “imperativo que não deve mais ser postergado”. Por fim, defendeu que o “Brasil está pronto para assumir todas as responsabilidades nesse empreendimento” (Corrêa, 2007, p. 602).

Outro marco para as discussões acerca da reforma é no ano de 1997, durante a LII AGNU, quando o ministro Lampreia defende a vaga permanente do Brasil em representação da América Latina e Caribe: “o Brasil está determinado a desempenhar a função de membro permanente em representação da América Latina e do Caribe [...]” e acentua necessidade de representatividade da região: “queremos que a nossa região não apenas esteja presente no Conselho de Segurança em caráter permanente, mas que, por meio de uma ampla coordenação e consulta, sua voz tenha ainda maior amplitude” (Corrêa, 2007, pp. 632-633).

A PEB aproveitava o momento ímpar. A ONU debatia sobre o Projeto Razali, que havia sido proposto pelo presidente da 51^a Assembléia Geral, Razali Ismail, e previa um plano de três estágios para reformar o CSNU. Propugnava-se um aumento de nove membros no Conselho, passando de 15 para 24, onde cinco seriam permanentes e sem direito ao voto. Os novos assentos seriam distribuídos da seguinte forma: um país em desenvolvimento da África, um da Ásia, um da América Latina e Caribe e dois países desenvolvidos.

Observa-se, porém, uma diminuição na ênfase do debate a partir do quarto ano do primeiro governo, 1998. É a partir desse momento que o tema passa para segundo plano, não sendo mencionado nas duas primeiras AGNU do segundo mandato, em 1999 e 2000. A crise do México em 1995, a crise na Ásia em 1997 e na Rússia em 1998, ajudam a explicar a instabilidade econômica brasileira desses anos e a consequente diminuição da assertividade internacional do Brasil (Reis, 2014; Brígido 2010).

Não demorou muito para que um outro acontecimento impactasse consideravelmente a estrutura do sistema internacional: os atentados de 11 de setembro de 2001. Com isso, a necessidade de uma reforma para o fortalecimento do Conselho reacendeu-se na comunidade internacional. Paralelamente, o tema reobteve relevância para o governo brasileiro. Durante a LVI AGNU, no ano de 2001, o Presidente FHC defendeu “[...] um Conselho de Segurança mais representativo, cuja composição não pode continuar a refletir o arranjo entre os vencedores de um conflito ocorrido há mais de 50 anos”. Argumentou pela inclusão dos países em desenvolvimento que possuam as “[...] credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje” (Corrêa, 2007, p. 686). Entretanto, não houve menção explícita à reivindicação de um assento permanente.

Em linhas gerais, percebe-se uma continuidade entre os governos de Itamar e FCH. Enquanto coube àquele lançar oficialmente a candidatura, o último avalizou a investida. Nota-se a organização de toda uma linguagem e argumentação em prol das credenciais brasileiras. Em primeiro lugar, evidenciam-se as credenciais do Brasil como um respeitador do direito internacional; um contribuinte das operações de paz; um país afeito às negociações pacíficas e zelador dos direitos humanos. Em segundo lugar, emerge a questão dos países em desenvolvimento, que seguiria com perseverança durante os anos Lula e Dilma. Em terceiro, o governo FHC apresenta o país como possível representante da América Latina, questão que não se tornou um aspecto chave nos discursos dos próximos presidentes. Além dessas originalidades, seguiu-se o rito de trazer o tema da falta de representatividade no CS e a urgência de adequação às novas realidades do mundo pós-guerra fria.

4. PROTAGONISMO, DIPLOMACIA E MILITÂNCIA: A CANDIDATURA NA RUA DE LULA E DILMA

Nos anos 2000, transcorreu na América Latina uma sucessão de vitórias eleitorais do campo de esquerda. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi um deles. O líder popular e sindical chegou à presidência da República depois de quatro tentativas fracassadas. O contexto o favoreceu: as políticas neoliberais implementadas haviam piorado os índices de pobreza, a pobreza extrema, o desemprego e intensificado uma série de desigualdades. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores abrandou sua agenda política e ampliou seu leque de alianças, sem deixar de se comprometer com seus tradicionais ideais de justiça social.

A política externa almejava uma inserção internacional independente, caracterizada pelo multilateralismo de reciprocidade em todos os quadrantes da ordem internacional (Bueno & Cervo, 2002). Uma “autonomia pela diversificação” (Vigevani & Cepaluni,

2007), que significou a consolidação da cooperação Sul-Sul, a participação ativa em fóruns internacionais e a criação e participação em acordos e alianças que buscaram alterar, ao menos em certo sentido, o *statu quo* da ordem internacional (a exemplo do BRICS e da UNASUL). Paralelamente, alguns fenômenos afetaram o cenário internacional, como a invasão estadunidense ao Iraque em 2003, a crise econômica mundial em 2008 e o início da Primavera Árabe entre 2010 e 2011.

O Presidente Lula, assim como seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2003-2010), deixaram explícito sua expectativa quanto a reforma. Ao contrário de seu antecessor, que discursou apenas uma vez na AGNU, o presidente esteve presente em 6 (seis) das 8 (oito) locuções, deixando ao seu ministro a participação em duas ocasiões.

O tema da reforma esteve presente em todos os discursos proferidos perante a Assembleia durante seus dois mandatos. Percebe-se que não há tergiversação, Lula enfatiza a necessidade de adequação à realidade vigente, bem como de tornar o Conselho mais democrático e representativo (com ênfase para a representação dos países em desenvolvimento), apontando por vezes a falta de transparência nos processos decisórios do órgão.

Uma mudança expressiva na campanha brasileira verificou-se no ano de 2004, com a criação do G4. O Brasil aliou-se a Alemanha, Japão e Índia, grandes *players* internacionais, que há tempos se interessam por uma vaga permanente no CS. O grupo apresentou à AG, em 2005, uma resolução de reforma do Conselho. A proposta incluía a expansão para 25 membros, sendo 6 novos assentos permanentes, e 4 não permanentes, distribuídos entre África, Ásia, Europa Ocidental e Oriental, América Latina e Caribe. A argumentação centrava-se no aprimoramento da representatividade e da capacidade do Conselho de desempenhar suas funções, assim como assinalado nos discursos brasileiros: “A necessidade de fazer com que o Conselho se torne mais representativo e democrático é reconhecida pela imensa maioria dos Estados-membros” (Corrêa, 2007, p. 705).

Os esforços para a reforma do CS durante o governo Lula se intensificam nos discursos. Ao invés de usar uma linguagem positiva, como por exemplo, ressaltando a importância do CS em se adequar aos novos tempos, a diplomacia lulista atestava, no discurso de 2003, que a ONU sofria “um risco de retrocesso no ordenamento político internacional” (Corrêa, 2007, p. 753) Se antes também se usava a tônica de tornar o CS mais democrático e representativo, agora se atesta, no discurso de 2005 o “seu déficit democrático” (Corrêa, 2007, p. 753) e “sua representação distorcida” (Brasil, 2008). Ao passo, o debate ganhava contornos mais complexos pois os discursos mostravam, à exemplo do de 2009, a partir de conflitos concretos (como

do Oriente Médio e do terrorismo) e de temáticas contemporâneas e ao mesmo tempo clássicas no espectro onusiano (como a preservação e ampliação dos direitos humanos e a política de desarmamento), a ineficácia e falta de legitimidade do CS. Se a temática dos países em desenvolvimento já havia sido trazida pelo governo FHC, o governo Lula seguiu utilizando-a, mas ofertando novas nomenclaturas, como a de “países pobres e dos emergentes” (Brasil, 2010).

Quando se analisa o governo de Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a presidir o país, contempla-se outro cenário nacional e internacional. A “marola” da crise financeira internacional ora dita por Lula, converteu-se em uma verdadeira tempestade. No campo doméstico as idiossincrasias foram muitas, partidos políticos ressentidos – para usar um eufemismo – pois alijados do poder como jamais o tinham visto, a economia em crise, levantes populares e a personalidade da presidente que, segundo um correligionário petista e professor, “cutucou muitas onças com varas curtas” (Singer, 2015). Tudo isso somado levou a um período de extrema instabilidade que culminou no segundo *impeachment* presidencial da recente era democrática nacional.

Antonio Patriota (2011-2013), Eduardo dos Santos (interino), Luiz Alberto Figueiredo (2013-2015) e Mauro Vieira (2015-2016), assumiram a pasta de Relações Exteriores durante o período. No campo da política externa, acadêmicos vaticinaram que se tratou de um “declínio do Brasil nas relações internacionais” (Cervo & Lessa, 2014, p. 133). Rubens Ricupero, por seu turno, descreveu o momento como uma “diplomacia rotineira”, “modesta”, sustentando que teria que se buscar muito antes na história para se encontrar presidentes tão pouco “vocationados para a dimensão internacional” (Ricupero, 2017, p. 683).

Mas Dilma Rousseff continuou com os esforços brasileiros abordando o tema em todos os seus discursos na AGNU. Em seu primeiro discurso na LXVI AGNU, a presidente ressalta que “mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia (...) o mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea” (Brasil, 2011). E retoma a reivindicação brasileira por um assento permanente, declarando que “o Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho”. Por fim, evidencia algumas credenciais brasileiras: “vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. [...] o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela” (Brasil, 2011).

Entre os elementos que singularizam sua intervenção, está o questionamento sobre o desempenho do CS nas operações de paz, ofertando um conceito inovador: “muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade

ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos” (Brasil, 2011). Como se sabe, durante a Cúpula Mundial da ONU (2005), consagrou-se o conceito de Responsabilidade de Proteger, advogando a responsabilidade da comunidade internacional de proteger populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade (inclusive com o uso de medidas coercitivas). Dilma, em seu discurso, critica as muitas consequências negativas das operações de paz e inova ao abordar a responsabilidade ao proteger, para que a prevenção e combate aos conflitos não tragam graves sequelas ou os chamados “danos colaterais”.

A reflexão trazida pela presidente sobre o *modus operandi* das operações de paz ganha guarida novamente no ano seguinte. Em 2012, durante seu discurso de abertura da LXVII AGNU, Dilma reafirmou que o Brasil espera “ações legítimas, fundadas na legalidade internacional”, defendendo a “necessidade da ‘responsabilidade ao proteger’ como complemento necessário da ‘responsabilidade de proteger’” (Brasil, 2012).

Outrossim, Dilma continua utilizando a argumentação da tríade, explorada em governos anteriores, da “legitimidade, eficácia e representatividade”. Durante a LXVIII AGNU, em 2013, a presidente considera que chegar sem a reforma no 70º aniversário das Nações Unidas consubstanciaria uma “derrota coletiva” e que o déficit representativo do Conselho seria sanado apenas com “a ampliação do número de membros permanentes e não permanentes, e a inclusão de países em desenvolvimento em ambas as categorias [...]” (Brasil, 2013).

Ao longo dos mandatos petistas é possível observar algumas nuances que o distinguem dos demais. Primeiro, uma ênfase retórica, mais dura, mais incisiva, mostrando a perspectiva de que a falta de uma reforma provoca um déficit de eficácia e legitimidade da ONU. Depois, o tema da democracia e de que os países em desenvolvimento sejam contemplados com uma vaga permanente cresce em expressividade. Em terceiro lugar, a PEB produz inovações. Por um lado, o país coliga-se com a Alemanha, Japão e Índia, criando o G4 e passa a disputar poder a partir desse novo coletivo. Por outro, no governo Dilma, arrisca-se propor um novo conceito, de Responsabilidade ao Proteger. Curioso notar que embora os acadêmicos considerem que a PE de Lula e Dilma tenham se distinguido – com críticas mais ou menos enfáticas a depender da perspectiva – a análise dos discursos na AGNU revela uma constância entre os governos.

5. DESCONTINUIDADES, OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

O governo Michel Temer (2016-2018) transcorreu em um contexto de instabilidade política em razão do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e em meio a crise

institucional e econômica que assolava o país. O descontentamento da população com os rumos da política brasileira se traduziu em protestos nas mais diversas cidades do país, onde a população manifestava-se a respeito dos escândalos de corrupção e da legitimidade do atual governo devido ao processo conturbado de afastamento da ex-presidenta.

A política externa de Temer é marcada por algumas descontinuidades em relação aos governos anteriores. A “nova política externa” almejava se configurar como uma política de Estado, livre de constrangimentos partidários (Serra, 2016; Temer, 2016). Paradoxalmente, o MRE ficou a cargo de políticos, marcando uma diferença com as administrações petistas, em que o cargo foi ocupado exclusivamente por diplomatas de carreira. José Serra (2016 a 2018) e Aloysio Nunes (2017 a 2018) ocuparam o MRE durante o período. As mudanças mais impactantes se referem ao distanciamento da UNASUL, por se entender que o bloco possuía um caráter mais político do que técnico, e nas relações com Venezuela, tendo o Brasil assumindo papel protagonista na expulsão desse país do Mercosul (Perrone de Miranda, 2019; Oliveira Moreira, 2020). Não obstante, alguns analistas argumentam que outras pautas da PEB mantiveram-se inalteradas, como por exemplo as relações do Brasil frente ao Oriente Médio, em especial com a relação com os países árabes (comércio), e na questão do conflito entre Israel e a Palestina (Vigevani & Calandrini, 2019).

No que tange à reforma do CS, identifica-se uma diminuição de ênfase argumentativa, mas o tema seguiu presente nos três discursos realizados na AGNU durante seu mandato (todos proferidos pelo presidente). Em 2016, durante a LXXI AGNU, a questão da representatividade reafirmou-se, Temer versa que a ONU não deve servir meramente como um posto de observação para os conflitos internacionais, mas sim como uma “fonte de soluções efetivas” e complementa citando que “O Brasil vem alertando, há décadas, que é fundamental tornar mais representativas as estruturas de governança global [...]. Há que reformar o Conselho de Segurança da ONU” (Brasil, 2016).

Já em 2017, durante a LXXII AGNU, ao falar da reforma, Temer levanta a necessidade de uma ONU mais legítima e eficaz, indicando uma reforma em sua totalidade, para depois falar especificamente do Conselho: “sustentamos, ao lado de tantos países, o imperativo de reformar as Nações Unidas. É particularmente necessário ampliar o Conselho de Segurança, para ajustá-lo às realidades do século 21” (Brasil, 2017).

Em linhas gerais, a reforma do CS não adquiriu destaque na agenda da PEB. Pouco argumentada e não detalhada durante seus discursos, Temer se prende à “fórmula pronta” elaborada ao longo dos anos para defender a pretensão brasileira: denuncia a falta de representatividade por parte do órgão, reforça a necessidade de ajustá-lo às

necessidades do século 21, mas não explicita a campanha brasileira por uma vaga de membro permanente.

Por seu turno, Jair Bolsonaro, que assumiu a presidência do Brasil com o bordão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, considerado um *outsider*, ascende ao poder aproveitando as sequelas ainda deixadas pelo *impeachment* de 2016, em meio ao descontentamento da população com a política e em razão da crescente bipolarização no país (Garcia, 2019). Na PEB, a conduta do governo Bolsonaro representou uma ruptura com a tradição diplomática brasileira, sobretudo em seus princípios de universalidade e autonomia (Castro, 2019; Vidigal, 2019; Passos & Santana, 2018). Seus chanceleres foram: Ernesto Araújo (2019-2021) e Carlos Alberto Franco França (2021-2022).

Assumindo um caráter neoliberal, a PEB do governo Bolsonaro caracteriza-se por uma subordinação aos Estados Unidos, pela aproximação ideológica com o então presidente Donald Trump e pela preferência por relações bilaterais no lugar da tradição multilateral brasileira (Castro, 2019; Vidigal, 2019; Gomes Saraiva & Costa Silva, 2019). É possível constatar, também, uma descontinuidade nos esforços para a reforma do Conselho de Segurança. Durante os discursos na AGNU em seu mandato, a reforma foi abordada de forma muito breve e em apenas em dois dos quatro anos, 2021 e 2022, sendo todos proferidos pelo presidente.

No discurso de 2021, durante a LXXVI AGNU, Bolsonaro ressalta o fato de que o Brasil viria a ocupar uma cadeira de membro não permanente no CSNU no ano de 2022 e se posiciona quanto a reforma, além de retomar a pretensão de um assento permanente, afirmando, sem aprofundar, que o país apoia “uma Reforma do Conselho de Segurança ONU, onde buscamos um assento permanente” (Brasil, 2021).

Já no último ano de governo, durante a LXXVII AGNU, Bolsonaro faz alusão ao conflito na Ucrânia e a busca pela paz internacional para justificar a necessidade da reforma do órgão. E aproveita para mencionar que o Brasil é habilitado no debate, já que o país “fala desse assunto com base em uma experiência que remonta aos primórdios da ONU” (Brasil, 2022). Bolsonaro destaca algumas credenciais brasileiras, como “a solução pacífica e negociada dos conflitos internacionais, sempre guiados pela Carta da ONU e pelo Direito Internacional” (Brasil, 2022).

As falas de Temer e Bolsonaro refletem uma descontinuidade (embora não radical) com o histórico da PEB sobre o tema na AGNU. Como se percebe, a defesa da reforma e de um assento permanente para o Brasil vinham em um crescente, atingindo seu ápice nos governos petistas, com ênfase para o governo Lula. Temer e Bolsonaro não abandonam o tema, é verdade, mas a economicidade e a simplicidade das palavras demonstram a fragilidade desta época.

Embora a PEB de Temer não possa ser considerada, como vimos, ao menos ao todo, como uma ruptura com a tradição, enquanto a de Bolsonaro sim, é curioso notar que Temer não defende a candidatura brasileira, enquanto Bolsonaro o fez.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo consistiu em analisar todos os discursos brasileiros proferidos por presidentes ou chanceleres expressos na Assembleia Geral das Nações Unidas e situados no período da redemocratização brasileira (e, concomitantemente, no pós Guerra Fria). Conferiu-se particular atenção aos trechos em que se menciona o tema da reforma do Conselho de Segurança. Para essa leitura, levamos em conta as contribuições dos estudos da linguagem que buscam situar os enunciados, discursos, em um tempo-espacó definido, marcado. Dessa forma, insistiu-se em observar quais eram os condicionantes históricos, as conjunturas políticas, de cada governo, sejam do ponto de vista doméstico, sejam do ponto de vista internacional. Ao longo dessa jornada, algumas conclusões se procederam.

Em primeiro lugar, os discursos demonstram uma preocupação sistemática com a reforma do Conselho de Segurança. Em todos os governos analisados essa temática foi presente, demonstrando a estabilidade dessa matéria na PEB do período pós ditadura. Ainda que em alguns anos de determinados governos o tema não aparecesse, ele sobrevinha em outros anos, não faltando em nenhum mandato presidencial. Também, as ênfases se distinguiram, mas algumas justificativas para a reforma se tornaram um senso comum.

Esse “senso comum”, ou as justificativas que se repetem, tornando-se em certo sentido perenes, retrata a segunda conclusão. Considera-se aqui três grandes justificativas (que em boa medida se entrecruzam). A primeira é a justificativa ancorada na ideia do “tempo presente”. Ou seja, no argumento de que a Carta da ONU foi concebida em um determinado tempo-espacó passado e que, portanto, seria preciso atualizá-la ao período atual, do pós-guerra Fria, do século XXI. Depois, a justificativa da representatividade. O dilema da representatividade traz consigo o desafio da democracia (palavra bastante utilizada nos governos FHC e Lula). Como seria possível existir um órgão tão significativo para o mundo como o CS, em que nenhum país em desenvolvimento tenha assento? Por fim, a terceira justificativa que se sustenta desde os primórdios dos debates recai sobre a eficácia e legitimidade. A ideia é que a Carta da ONU não está sendo cumprida, ou bem cumprida. Que os princípios da paz e da defesa dos direitos humanos, prescritos na Carta, não se alcançarão sem que haja uma mudança no CS. Mostra-se que o CS não consegue dar conta de muitos dos conflitos mundiais.

A terceira conclusão é de que a partir de 1994 expressa-se a vontade política do país de ocupar uma vaga permanente no órgão. E, ainda, que este projeto não se altera com os distintos governos em exercício, inclusive com os governos de Temer e Bolsonaro. Esta conclusão merece atenção redobrada pois se é verdade que o governo Bolsonaro representou uma ruptura histórica-institucional com a PEB democrática, como os diversos autores sustentam, a candidatura do Brasil a uma vaga permanente manteve-se no discurso.

Alguns fatos também merecem revisão neste momento. Sarney, embora cauto, teve o pioneirismo de mencionar a necessidade de novos membros permanentes, ainda que sem direito ao veto. Fernando Collor inaugurou o uso da palavra “representatividade”, premissa que se tornará um mantra da PEB. Depois, o Brasil é mencionado como país que tem “determinação”, ressaltando-se a participação nas operações de paz. Embora não tenha sido explicitamente lançada uma candidatura brasileira, uma credencial do país é trazida à tona.

A alvorada da candidatura procedeu-se no governo Itamar Franco. Embora o tema da reforma não apareça nos dois primeiros discursos, quando Fernando Henrique Cardoso ocupava a pasta, foi em 1994 que o chanceler Celso Amorim apresentou a pretensão brasileira. Neste momento a “representatividade” conecta-se às ideias de “legitimidade” e “eficácia”. A entrada de mais membros no CS significaria que a organização se tornaria mais legítima, mais coerente com seus princípios e funções e, por outro lado, mais eficaz, conseguindo cumprir melhor suas funções.

Nos governos de FHC reafirma-se a candidatura e, pela primeira vez, o país coloca-se como possível representante da América Latina e do Caribe. A ideia da representatividade regional ganha relevo (o que é algo que não se tornou comum nos discursos dos próximos governos). Ao mesmo tempo, a dimensão dos países em desenvolvimento é sublinhada, ao lado dos temas constantes da atualização do órgão em face às novas realidades e desafios internacionais postos no mundo pós guerra fria.

Nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a defesa da reforma e da candidatura do país ganharam contornos mais nítidos e foram constantes nos discursos na AGNU. Por um lado, o diagnóstico até então construído pela PEB para justificar a reforma e as credenciais brasileiras para se alcançar uma vaga permanente foram mantidos e amplificados. E, por outro, novas estratégias se realizam. As palavras e ideias como “democracia” e “países em desenvolvimento” se fazem recorrentes, ao passo em que se sumariza as credenciais do país, como: o respeito ao direito internacional, a integridade territorial, direitos humanos e a adesão —por prática e direito— à solução pacífica de controvérsias, e a posição de representante da região e dos países em desenvolvimento.

Neste momento, merece especial consideração a criação do G4 (Alemanha, Brasil, Japão e Índia), com uma agenda comum, o que fortaleceu a estratégia brasileira. Ao passo, é preciso notar que as manifestações brasileiras se tornaram mais enfáticas e críticas, em alguns momentos.

A presidente Dilma Rousseff, embora criticada pelos analistas por sua frágil PE, não foi insuficiente nos discursos. Manteve, *cum grano salis*, a tônica do governo anterior, tentando até uma inovação conceitual, ao propor a Responsabilidade ao Proteger. Michel Temer assumiu e iniciou um período de descontinuidades. Os discursos mantiveram a narrativa da necessidade da reforma, embora não se tenha explicitado a candidatura do Brasil em nenhum deles. Bolsonaro, por seu turno, a explicitou, mas apenas em uma frase. Nestes dois últimos governos não foi sopesado as credenciais do país nos discursos, modificando a trajetória histórica de cada vez mais complexidade e ênfase. Por outro lado, embora o período de Bolsonaro seja considerado pela literatura especializada como de ruptura, este não negou a candidatura brasileira a uma vaga permanente no CS, fazendo com que a matéria possa ser considerada como uma política de Estado, ou uma política perene e estável no período de redemocratização brasileira.

REFERÊNCIAS

- Amorim, C. (1995). O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Política Externa*, 3(4).
- Amorim, C. (2007). O Brasil nas Nações Unidas. En L. F. Seixas Corrêa, L. F. (Org.), *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. FUNAG.
- Brigido, E. (2010). O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente. [Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Brasil. (2008). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 23 set. 2008 Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luis-inacio-lula-da-silva/discursos>
- Brasil. (2010). Ministro das Relações Exteriores (2003-2010: Celso Amorim). *Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do Debate Geral da 65ª Sessão Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 23 set. 2010. <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-amorim/discurso-do-ministro-celso-amorim-na-abertura-do-debate-geral-da-65-sessao-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-23-de-setembro-de-2010>.

- Brasil. (2011). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 21 set. 2011. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff>
- Brasil. (2012). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 25 set. 2012. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff>
- Brasil. (2013). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas*. Nova York, 24 set. 2013. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff>
- Brasil. (2016). *Pronunciamento do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 20 set. 2016. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discursos>
- Brasil. (2017). *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72º Sessão da Assembleia Geral da ONU*. Nova York, 19 set. 2017. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discursos>
- Brasil. (2021). *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76º Assembleia-Geral da ONU*. Nova York, 21 set. 2021. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos>
- Brasil. (2022). *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU*. Nova York, 20 set. 2022.
- Buarque, D. (2023). Burning bridges: The paths to increase Brazil's international status and Bolsonaro's "new foreign policy". *Carta Internacional*, 18(1) 1291. <https://doi.org/10.21530/ci.v18n1.2023.1291>
- Casarões, G. (2014). "O tempo é o senhor da razão"? a política externa do governo Collor, vinte anos depois. [Tese de Doutorado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo].
- Castro, G. (2019). Teoria, discurso e prática da política externa do governo Bolsonaro: breves considerações. *Boletim de Conjuntura Política e Económica*, 4.
- Cervo, A. (2003). Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira Política Internacional*, 46(2). <https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200001>
- Cervo, A. (2007). *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. (2. ed.). Saraiva.
- Cervo, A. & Lessa, A. (2014). O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57(2). <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400308>
- Corrêa, L. F. (2007). (Org.). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. FUNAG.

- Côrtes, O. (2010). A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Da Silva, A. (2009). A Palavra do Brasil na ONU Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): Universo Conceitual. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza.
- Da Silva, F. (2014). O Brasil no Mundo. Em D. A. Reis. (Coord.), *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Fundação Mapfre: Objetiva.
- Ferreira, C. & Martínez, E. (2013). O Multilateralismo da Política Externa Brasileira na ONU. Em H. Oliveira & A. Lessa. (Orgs.), *Parcerias estratégicas do Brasil*. Editora Argumentum – Fino Traço.
- Ferreira, C. E. R. & Macedo, G. F. A. (2022). Uma Análise sobre a Política Externa do Governo José Sarney a partir da Autonomia Relacional. *Mural Internacional*, 13, e66872. <https://doi.org/10.12957/rmi.2022.66872>
- Garcia, F. (2019). Entre expectativas e fracassos: a crise institucional do governo Bolsonaro. *Boletim de Conjuntura Política e Econômica*, 4.
- Gomes Saraiva, M. & Costa Silva, A. V. (2019). Ideologia e pragmatismo na Política Externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*, (64) 117-137. <https://doi.org/10.23906/ri2019.64a08>
- Hirst, M. & Pinheiro, L. (1995). “A política externa do Brasil em dois tempos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38(1) 5-23.
- Hurrel, A. (2010). Cardoso and the World. Em: Martins, H. & D’incão, M. (Org.), *Democracia, crise e reforma*. Editora Paz e Terra.
- Lafer, C. (1987). Novas dimensões da política externa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(3) 73-81.
- Lins Da Silva, C. E. (1995). Governo propôs reformas demais, afirma presidente. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/23/brasil/11.html>
- Marques, F., Melo, F. & Nogueira, S. (2023). *Discurso da política externa brasileira em tempos de Bolsonaro e Araújo*. Mentes Abertas.
- Perrone de Miranda, S. (2019). A “Nova política externa brasileira” de Temer para a América do Sul. *Conjuntura Austral*, 10(51), 126-138. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.95362>
- Oliveira Moreira, D. S. (2020). Continuidades e descontinuidades nos governos Temer e Bolsonaro na política externa brasileira (2016-2020). *Mural Internacional*, 11, e51549. <https://doi.org/10.12957/rmi.2020.51549>
- Oliveira, Henrique. (2005). *Política externa brasileira*. Editora Saraiva.
- Passos, R. & Santana, D. (2018). Uma breve análise das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira. *Perspectivas*, 52, 89-101.
- Prado, D. & Miyamoto, S. (2010). A política externa do governo José Sarney (1985-1990). *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 8(16) 67-80.

- Reis, D. (2014) A vida política. In Daniel Aarão Reis (Coord.), *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Fundação Mapfre: Objetiva.
- Ricuper, R. (2017). *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Versal Editores.
- Serra, J. (2016). *Discurso do ministro José Serra por ocasião da transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores*. <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasiao-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>
- Singer, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, (102).
- Temer, M. (2016). *Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de estado*. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14020-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-brasilia-12-de-maio-de-2016>
- Trindade, A. A. C. (2006). Brasil e o Direito Internacional dos Direitos Humanos: as duas últimas décadas (1985-2005). Em H. Altemani & A. C. Lessa. (Orgs.), *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. Saraiva.
- Vidigal, C. E. (2019). Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, 20. <https://doi.org/10.20889/M47e20011>
- Vieira, M. (2001). Idéias e Instituições: Uma reflexão sobre a política externa brasileira do início da década de 90. *Contexto Internacional*, 23(2) 245-291.
- Vigevani, T. & Calandrin, K. S. (2019). Brazil's policy toward Isarel and Palestine in Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts? *Revista Brasileira de Política Internacional*, 62(1). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201900109>
- Vigevani, T. & Cepaluni, G. (2011). *A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. Editora Unesp.
- Vizentini, Paulo. (2003). *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Volóchinov, V. N. (2017). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Editora 34.
- Ziemath, Gustavo. (2016). *O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)*. Funag.

Fecha de recepción: 1 de mayo de 2025
Fecha de aprobación: 31 de octubre de 2025